

## 1. Princípios Norteadores da Avaliação Institucional FTESM

As Faculdades e IESs mantidas pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques - FTESM instituíram o processo permanente de Avaliação Institucional, objetivando o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade do ensino dos cursos oferecidos.

A Autoavaliação desenvolvida na forma de investigação sobre a realidade (investigação científica), ressalta a relevância atribuída à necessidade de uma autoconsciência institucional, que deve ser utilizada como ferramenta de acompanhamento e controle da implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como da elaboração dos Planos de Ação correspondentes.

O objetivo central do processo avaliativo da Instituição é acompanhar a efetividade do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), das Faculdades e IESs mantidas pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques - FTESM e servir como instrumento de gestão acadêmica, visando o aperfeiçoamento do processo educativo da Instituição.

Na Avaliação das Instituições de Educação Superior, Avaliação Institucional, é um dos componentes do **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)** e está relacionada:

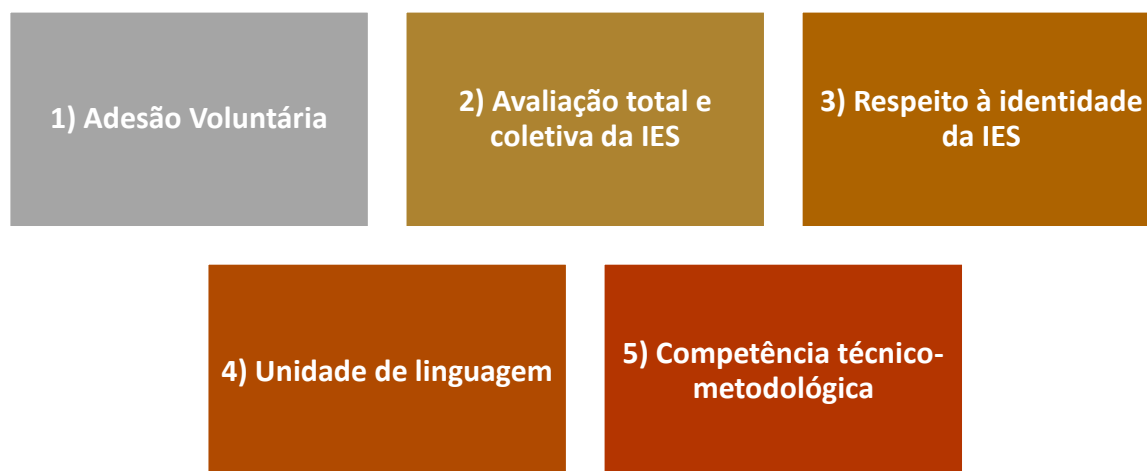
- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O que se propõe é repensar a ação educativa e toda a sua abrangência, de modo sistemático e contínuo, orientando seu autoconhecimento para a definição das suas potencialidades e oportunidades de melhoria, ensejando a correção de rumos ou a afirmação de valores. Visa, portanto, atingir a melhoria da qualidade acadêmica, pelo redimensionamento

e pela construção (elaboração, execução, acompanhamento e avaliação) de um Plano de Melhorias a ser praticado coletivamente.

A Lei nº 10.861/2004, no seu artigo 3º, estabelece as dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional e que garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição. Neste sentido, o Plano de Avaliação Institucional (PAI) é desenvolvido na FTESM, por meio da Autoavaliação Institucional, tendo por finalidade principal, o aperfeiçoamento contínuo da prática educativa e das funções articuladas ao ensino, quais sejam: à extensão, as práticas investigativas (entendida como método para a construção do conhecimento), e a gestão, cumprindo, assim, a sua pertinência e relevância social.

Fernandes (2002) sintetiza, em cinco, os princípios básicos que deverão nortear um processo avaliativo numa perspectiva transformadora e de aperfeiçoamento institucional:



**1) Adesão voluntária** – que deve ser conseguida por meio da conscientização de toda a comunidade IESr sobre a importância do envolvimento de todos os segmentos no processo de autoavaliação institucional.

**2) Avaliação total e coletiva da IES** – a IES deve ser avaliada como um todo e, portanto, por todos. Todos serão avaliados e avaliadores nesse processo. É essencial a participação de todos os segmentos da IES.

**3) Respeito à identidade da IES** – a IES deve ser avaliada dentro do seu contexto, levando-se em consideração as suas especificidades para que haja coerência na realização e resultado no processo avaliativo.

**4) Unidade de linguagem** – busca-se um “entendimento comum dos conceitos, princípios e finalidades do projeto, já que há várias concepções da avaliação”. (FERNANDES, 2002, p.136).

**5) Competência técnico-metodológica** – Todo projeto de avaliação institucional precisa fundamentar-se em base científica para que se garanta a legitimidade aos dados coletados. É importante que a IES conte com pessoal preparado para a realização e acompanhamento das etapas do projeto de avaliação institucional.

Os desafios decorrentes da legislação são os inerentes à enorme quantidade de instrumentos legais, que regulamentam o ensino superior e os desafios da implantação da autonomia, são relativos tanto às condições para sua implementação, quanto ao seu significado, em termos operacionais. Desafios que implicam a articulação de um conjunto de questões que vão do ordenamento legal ao cotidiano institucional.

A problemática que envolve a autonomia universitária não é recente. Na verdade, foram editadas leis de autonomia, o que correspondeu a uma nova estratégia governamental de passar às universidades a responsabilidade por sua gestão. Essa nova estratégia foi estabelecida no sentido de conceder, às universidades, autonomia para controlar alguns parâmetros institucionais, conjugando, assim, autonomia com autorregulação. “As instituições passaram a ser autônomas, mas têm de ser responsáveis quanto à utilização da autonomia; assim, são também publicadas leis de avaliação para aferir a qualidade das instituições” (AMARAL, 1996, p.10).

Esta parece ser também, a tendência brasileira: conjugar autonomia e autorregulação. Autonomia acadêmica com observância de parâmetros mínimos de qualidade institucionais, estabelecidos pelo governo. Assim, “No contexto de maior autonomia universitária, qualquer que seja seu caráter, a avaliação passa a se constituir em importante referencial para um processo de tomada de decisão mais consistente e socialmente relevante” (BELLONI, op. cit., p. 92).

É nesse quadro que se coloca a Fundação Técnico-Educacional Souza Marques: como Instituição de Ensino Superior, inserida no contexto nacional e recebendo as influências do contexto global; comprometida com as questões de sua comunidade e de seu país; preocupada

com a qualidade da educação, em todos os seus níveis. Uma Instituição comprometida com sua missão.

## 1.2 Missão

A Fundação Técnico-Educacional Souza Marques – FTESM tem por finalidade a valorização do ser humano, mediante acesso à cultura e a capacitação profissional, sem prejuízo do desenvolvimento dos valores morais e espirituais.

As Faculdades e Escolas mantidas pela FTESM, como instituições universitárias verdadeiramente comprometidas com a missão de educar para melhorar a sociedade, diante do cenário global e reconhecendo seu papel, são levadas a: primeiro, pensar no que seja uma formação adequada; segundo, decidir quais os conhecimentos, habilidades e atitudes, minimamente, necessárias para tal; e terceiro, buscar a melhor maneira de integrar os aspectos do processo de formação, atendendo, simultaneamente, às demandas do mundo do trabalho e da sociedade.

Sabendo-se que a formação superior é planejada através de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), são eles os responsáveis por materializar os conhecimentos, habilidades e atitudes colimadas pela IES. Entretanto, os PPCs dão conta, primordialmente, da formação profissional, por meio da organização do ensino. Desta forma, faz-se necessária a adoção de um projeto mais amplo, que reflita o pensamento Institucional e torne possível o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de ordem mais geral, comuns a todos os egressos, independentemente de sua formação específica. Assim, outro desafio Institucional é o de oferecer referenciais para orientar a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs, que possam balizar o desenvolvimento de atividades de investigação científica (pesquisa) e de extensão, por meio da articulação de ações entre as Faculdades e Escolas mantidas pela FTESM.

A Fundação Técnico-Educacional Souza Marques – FTESM - tem como marco conceitual os três pilares que se tornaram os princípios norteadores e que, ao longo dos anos, caracterizaram a marca da sua trajetória: *Disciplina, Moral e Trabalho*. Em respeito a esses princípios, as Faculdades e Escolas mantidas pela FTESM têm como missão:

***“Oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento de pessoas, envolvendo crenças, valores, conhecimentos, habilidades e atitudes; por meio de uma formação acadêmica compatível e com o propósito de preparar cidadãos capazes de intervir na sociedade, respeitar o meio ambiente e estar preparados para os desafios do mundo do trabalho”.***